



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

O QUE PENSAM AS CRIANÇAS ASSENTADAS SOBRE O PAPEL DO(A) PROFESSOR(A) NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliane Ceri Assis Santana

Sílvia Adriana Rodrigues

UFMS – CAMPUS DO PANTANAL

Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação

RESUMO: A pesquisa ora apresentada tem a finalidade de compreender a visão das crianças sobre o papel do professor na/da Educação Infantil no/do campo. Entendemos que discussões dessa natureza podem contribuir para que haja a efetivação do direito de participação das crianças nas decisões sobre questões que lhes dizem respeito, além de ser fundamental para o seu processo formativo, e, contribuir para a formação da identidade, da autonomia e da cidadania, bem como para promover formação docente que contemple as necessidades da criança assentada. Para tanto pretendemos, a partir da fala das crianças da pré-escola da Escola Municipal Rural de Educação Integral Monte Azul, localizada no Assentamento Taquaral, discutir a importância e necessidade da escuta da criança e participação infantil de forma geral e especificamente na elaboração de propostas de formação para a docência na Educação Infantil no/do campo. Partimos do pressuposto que o movimento de ouvir e considerar os dizeres das crianças pode auxiliar de forma significativa e positiva na reflexão sobre possíveis caminhos de uma formação de professores que contemple as especificidades da educação infantil no/do campo. O estudo, de natureza qualitativa, também se enquadra, conforme os objetivos, como exploratória, sendo ainda, no que diz respeito aos procedimentos um estudo de caso. As estratégias a serem utilizadas para obtenção das informações serão entrevistas semiestruturadas com crianças, com uso do gravador de voz; rodas de conversas; bem como, o registro do cotidiano escolar através de fotos e vídeos produzidos pelas crianças; sendo que a análise dos dados será realizada a partir da vertente bakhtiniana de análise do discurso. Cabe o apontamento que a pesquisa está na fase de revisão bibliográfica do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Participação infantil; pré-escola; formação de professores; educação escolar no/do campo.

INTRODUÇÃO

O adulto não tem compreendido a criança e o adolescente; em conseqüência (*sic*), trava contra eles uma luta perene. O remédio não consiste em fazer o adulto aprender alguma coisa ou integrar uma cultura deficiente. É necessário que o adulto encontre em si mesmo o erro ignorado que o impede de *ver a criança* (MONTESSORI, s.d., p. 23, grifos no original).

Provocadas pela epígrafe, e com o entendimento de que as crianças precisam ser sujeito, partícipe e ainda protagonista dos processos educacionais nos quais está inserida,



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

principalmente os formais, trazemos para a presente discussão a proposta de investigação que tem como propósito dar visibilidade, escutar e valorizar o que as crianças podem e tem a nos informar sobre as questões que lhes dizem respeito, neste caso em específico, sobre a atuação de professores na educação infantil oferecida no campo.

O estudo a ser empreendido também parte do pressuposto de que as reflexões a serem suscitadas podem contribuir para a efetivação do direito de participação das crianças nas mais variadas situações e contextos que se envolvem cotidianamente, vendo esse movimento como fundamental para o seu processo formativo, visto que pode contribuir para a formação da sua identidade, autonomia e cidadania. Além disto, visamos oferecer elementos que possam promover uma formação docente que contemple as necessidades das crianças, especialmente as assentadas, que se configura no nosso grupo de interesse.

À instituição escolar foi delegada a responsabilidade de formar as gerações, transmitindo os conhecimentos sistematizados e historicamente acumulados. Porém, as novas configurações sociais vêm, cada vez mais, exigindo novas posturas dos educadores. Estas novas demandas educacionais impõem aos professores a busca por novos conhecimentos e saberes que lhes permitam uma prática que prime pelo desenvolvimento global dos aprendizes escolares.

Carecemos, portanto, de uma formação sólida e plural, que capacite os educadores para uma *práxis* que permita a formação de indivíduos autônomos, ativos, críticos, capazes de conviver em sociedade, e defender os direitos sociais e individuais, possibilitando a diminuição dos fatores de vulnerabilidade que atinge muitas pessoas.

Dessa forma, a presente proposta de pesquisa, em andamento no formato de dissertação de Mestrado, tem como objetivo geral apreender as concepções de crianças assentadas sobre o papel do professor na/da educação infantil. Como objetivos específicos foram definidos: identificar as características positivas e negativas do professor atribuídas pelas crianças assentadas; compreender as percepções das crianças assentadas sobre a importância do papel professor na educação infantil no/do campo; discutir a importância e necessidade da escuta da criança e participação infantil na elaboração de propostas de formação docente para a educação infantil no/do campo; refletir sobre possíveis caminhos de uma formação de professores que contemple as especificidades da educação infantil no/do campo.

Isso posto, a seguir apresentamos os fundamentos teóricos adotados, bem como os recortes metodológicos a serem empreendidos para a realização da investigação.



PREMISSAS TEÓRICAS

Compreendemos que o trabalho do professor/educador vai além da atividade de ensino em sala de aula; docência é também um papel político, de transformação individual, coletiva, social. Como evidencia o citado autor, ao educador cabe “[...] trabalhar para que as pessoas de uma determinada comunidade atendida ou participante daquela instituição ampliem suas possibilidades de atuarem como cidadãos engajados na construção de uma nova hegemonia social” (SÁ, 2000, p. 176).

Entendemos que para poder cumprir seu papel social de formar o sujeito crítico, pensante, atuante na sociedade em que vive, é fundamental que em sua formação o professor construa conhecimentos que permita elaborar a prática pedagógica de modo que leve os estudantes a participem da vida coletiva, expressando suas ideias, anseios, angústias, enfim, a permitir que os estudantes expressem seu ponto de vista sobre a realidade na qual estão inseridos e os aspectos que a envolvem. Afinal, é participando destes processos que se relacionam direta ou indiretamente com seu modo de vida que o educando aprenderá a opinar, escolher de forma responsável, criticar, intervir em seu meio social, defender os direitos sociais, individuais e coletivos, enfim, viver em coletividade.

Portanto, é preciso que o educador entenda a criança como sujeito completo, que tem capacidade de atuar no meio em que vive, conheça os processos de desenvolvimento infantil, as suas diferentes linguagens. Cabe então o esclarecimento que neste trabalho a criança é entendida como:

[...] sujeito e ator do espaço-tempo/processo de crescimento pessoal e social – como ativa, exploradora e capaz de significar e recriar as relações de forma relativamente independente, pois ainda que necessitem do auxílio de pessoas mais experientes para transitar em diferentes situações individuais e sociais do mundo adulto, são competentes nas questões que lhes dizem respeito; em outros termos, é sujeito ativo que participa e intervém no que acontece ao seu redor. (RODRIGUES, 2016, p. 25).

Assim, consideramos ser necessário que o professor tenha um posicionamento político democrático, que entenda que a participação social é fundamental para o desenvolvimento infantil - tanto de forma individual como coletiva - e que compreenda a importância do papel do professor em tal processo.

Nesse sentido, entendemos que a escola se revela como um espaço privilegiado de desenvolvimento infantil, propício para sua participação e formação, sendo, portanto, fundamental na elaboração da identidade, da autonomia, da consciência, enfim, na formação



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

integral dos sujeitos. Mas, que participação é esta da qual estamos falando? A criança é capaz de participar? Que tarefa tem o professor neste processo?

Entendemos que promover a participação da criança requer, em primeiro lugar, docentes que entendam as crianças como sujeitos completos, capazes de expressar ideias e opiniões, capazes de fazer escolhas e tomar decisões. Requer adultos que sejam capazes de ouvir, de perceber as crianças em suas diferentes linguagens, e escutá-las, levando de fato suas ideias e opiniões em consideração nos processos de tomada de decisão, planejando as ações pedagógicas com base nas necessidades infantis e fazendo *feedback* das ações realizadas.

Conforme, afirma Landsdown (2010 apud AGOSTINHO, 2014, p. 12), a efetivação da participação infantil,

[...] requer o reconhecimento e o respeito pelas formas não verbais de comunicação, como a brincadeira, a linguagem corporal, expressão facial ou desenhos e pinturas, através dos quais as crianças pequenas fazem escolhas, expressam preferências e demonstram seus entendimentos do seu ambiente.

Destarte, é preciso conscientizar e capacitar os adultos envolvidos nos processos educativos formais e demais responsáveis pela educação e formação da criança, para que possam aprender, em processo conjunto com as crianças, a ouvi-las, escutá-las e a, principalmente, atende-las.

A defesa da capacitação/formação é necessária, pois a promoção da participação infantil precisa ser feita com intencionalidade pedagógica para não banalizar o que seja esta participação. De acordo com Natália Fernandez (em entrevista concedida a Regiane Carvalho e Ana Paula Silva),

Se nós não fizermos formação dos adultos que trabalham com crianças, no sentido de eles pensarem, refletirem sobre o que significa participar e sobre o tipo de dinâmicas que se devem efetivar, fica difícil promover a participação das crianças. Podemos correr o risco de achar que tudo é participação, mas não é. Há ações espontâneas que, a princípio, podemos dizer: “Ela está participando”. De fato, ela pode estar a envolver-se numa determinada dinâmica. Mas o que eu acho é que nós devemos atribuir ao conceito de participação uma intencionalidade. Considerar que o sujeito tenha também consciência dessa intencionalidade porque somente assim é que ele, à medida que vai crescendo, atribui significado político a sua participação (CARVALHO; SILVA, 2016, p. 188).

No entanto, tornar efetiva a participação infantil em uma sociedade que construiu concepções de criança como um vir a ser, sujeito que não é capaz, não é fácil. Além disso, o entendimento de que as crianças devem ser consultadas sobre as questões que as afeta,



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

geralmente encontra resistência daqueles que entendem a participação como fator que prejudica a autoridade adulta dentro das instituições as quais pertencem e da sociedade como um todo.

Para tanto, é fundamental conscientizar os adultos que ouvir as opiniões das crianças não significa perder sua autoridade ou simplesmente endossar o que elas pensam. Como afirma, Sarmiento, (2011, s.p.)¹, promover a participação da criança,

[...] não quer dizer, em todo caso, que as crianças devem ser os olhos do mundo, ou que a partir desse entendimento o adulto não tem nenhum papel. Não, o adulto tem papel fundamental e crianças e adultos devem ser capazes de se conjugar na concretização seus modos de vida e nas formas de organização e direção dos seus contextos de existência. Mas isto significa enfatizar a ideia de que as crianças também participam e de que essa participação é determinante no funcionamento da vida social.

Também não se trata apenas de ouvir meramente o que os pequenos dizem, sem que sua participação resulte em mudanças.

A participação deve ser uma ação dotada de sentido para o sujeito, e que tenha implicações; implicações em termo de transformação social. Não precisa mudar o mundo, nem o país, nem o bairro, podem ser mudanças pontuais no próprio sujeito, no próprio grupo, mas esse sujeito tem que sentir que aquela ação intencional que ele desencadeia é acolhida num determinado coletivo, e depois de ter sido acolhida, que tem impacto ou não (CARVALHO; SILVA, 2016, p. 188).

Envolver as crianças em diálogo e nas trocas de ideias/experiências permite que aprendamos suas formas de ver, pensar e influenciar o mundo ao seu redor. Ao mesmo tempo em que vai nos proporcionando subsídios para atuar na formação infantil, vai também nos formando enquanto educadores.

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2011, p. 109).

Além disso, a participação social auxilia na formação política das crianças, pois, ao passo em que vão ocupando espaço na vida coletiva e entendendo as questões sobre as quais opina e que resultados suas ações podem produzir, passam gradativamente a assumir responsabilidades, e se formam como sujeitos ativos, autônomos, tolerantes e democráticos.

¹ Entrevista para o “De olho no plano” disponível em: <http://www.deolhonoplano.org.br/not0036.html> Acesso em: 26 jun. 2017.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Ao tempo que a criança compreende os aspectos relacionados às questões que lhes dizem respeito, uma vez tendo participado das discussões referentes a elas, vai por si mesma reiterando as escolhas feitas e reafirmando, assim, a autoridade do adulto por ela responsável.

A possibilidade de se expressar e de ser ouvido desempenha um papel crucial para as crianças. A proposta, nesse sentido, é o estabelecimento do diálogo, o qual requer sensibilidade, astúcia, perspicácia e conhecimento para que sejam travados e entendidos os diversos canais de comunicação, com atenção ao compartilhamento do poder, reconhecendo a interdependência que une crianças e adultos para a construção do bem comum, promovendo democracia e cidadania (AGOSTINHO, 2014, p. 11).

A participação da criança contribui também, para que ela construa uma autoimagem positiva e para que entenda as relações sociais e seu papel nestas relações. Como afirma Trevisan (2012, p. 91),

Ao participarem politicamente em processos de tomada de decisão, de reconhecimento por si próprios e pelos outros, e ao fazerem parte desses processos de negociação entre adultos e crianças e ao problematizarem essas decisões aprendem a partir dessas experiências importantes dimensões do seu próprio processo de socialização. A sua participação torna-se politicamente visível em diferentes estruturas, no nosso caso, as formais que permitem que as crianças possam atuar em tomadas de decisão em assuntos que lhes são significativos nas suas vidas pessoais e sociais.

Destarte, ressaltamos que promover momentos de participação das crianças é fundamental para seu pleno desenvolvimento e para a formação de pessoas mais humanizadas, que atuem politicamente na sociedade em que vive, se constituam enquanto seres humanos. Pois, é através da participação/atuação na comunidade, da palavra, do diálogo que os sujeitos vão se constituindo enquanto sujeitos humanos, pois “[...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (FREIRE, 2011, p. 109).

A educação para a vida em sociedade pressupõe participação democrática, a escuta dos sujeitos envolvidos, a reflexão crítica da realidade a fim de alcançar a transformação social e o empoderamento das minorias. “Nossa educação deve alimentar a elaboração da chamada ‘consciência organizativa’ que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade” (MST, 1996, s.p.).

Considerando a complexidade das relações sociais, defendemos que a escola como espaço privilegiado de socialização, deve promover a participação consciente e responsável dos educandos nas questões que lhes dizem respeito, a fim de habilitá-los cada vez mais para atuar na comunidade em que vivem, promovendo as transformações necessárias para a



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfases da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

construção de uma sociedade comprometida com o desenvolvimento humano e social, solidário, tolerante e responsável.

Cabe ao professor o papel de propiciar espaços de participação infantil, mas, mais do que oportunizar a participação e o diálogo, é necessário que o docente, exercite a escuta sensível e atenta à fala das crianças, respeitando sua opinião e buscando atender seus anseios e necessidades.

É necessário que o docente esteja preparado e disposto a elaborar atividades pedagógicas que primem pela participação ativa das crianças a fim de que elas exerçam o direito a participação na escola, atuando desde o planejamento até a execução e avaliação das atividades pedagógicas.

O papel do professor, assim como as funções da escola frente às novas demandas sociais e educacionais, não está limitado ao proporcionar o acesso e transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados. Não negamos a importância de tais conhecimentos; no entanto, para que esta função seja exercida satisfatoriamente, a escola, na atualidade, precisa lidar com diversos outros aspectos de ordem social, cultural, econômica, psicológica, entre outros, que impactam significativamente o aprendizado e a vida do estudante.

Portanto, para que a escola cumpra o seu papel na formação global dos educandos, necessita de professores preparados para atender os estudantes considerando todos os aspectos que envolvem sua vida, dentro e fora da escola, buscando a partir de reflexões suscitadas pelas diferentes áreas do conhecimento, entender a criança em toda sua complexidade e integralidade. Nesta direção, para Ferreira e Silva (2015, p. 144), entender e atender as crianças de forma integral (e integrada)

[...] é o caminho para o aprofundamento do conhecimento sobre suas relações, nos momentos que brincam ou jogam e convivem em ambientes institucionais. Isso se faz necessário para que possamos imprimir, no trabalho educativo, momentos de escuta e discussão com as crianças, dando novos significados às nossas ações pedagógicas, e sobretudo à formação dos docentes [...].

As autoras mencionam ainda, a necessidade de que os adultos que tratam com as crianças sejam, “maduros, empáticos, e emocionalmente acessíveis”. É necessário ainda segundo as autoras que “na formação docente, estejamos conscientes de que é premente encorajar as crianças, propondo-lhes novas e diferentes situações, as quais tenham um espaço de participação amplo e diversificado”; e, sobretudo, que as ações sejam planejadas



exclusivamente para a Educação Infantil, não tendo como base práticas pedagógicas aplicadas no Ensino Fundamental. (FERREIRA; SILVA, 2015, p. 147).

Formar integralmente um sujeito, de modo que ele seja ativo na sociedade, requer desde muito cedo, inserir o sujeito em processos que lhe permita construir ao longo da vida conhecimentos, habilidades, características que lhe possibilita a atuação participativa no mundo. Para isso, é fundamental que professores e demais sujeitos envolvidos na educação das crianças, criem espaços em que a criança possa se expressar em suas diferentes linguagens, que possam opinar, refletir sobre as consequências de uma ou outra escolha, agir com responsabilidade social e pessoal. A criança ao passo que participa vai elaborando significados para suas atitudes, construindo sua própria visão de mundo e atuando nele de forma cada vez mais responsável.

É com a apropriação dos pressupostos ora expostos que a nossa proposta de pesquisa pretende apreender as concepções de crianças assentadas sobre o papel do professor na/da educação infantil no/do campo. Queremos, refletindo a partir da fala das crianças, discutir possíveis caminhos de uma formação de professores que contemple as especificidades da educação infantil no/do campo.

Entendemos que atender as demandas infantis, considerando o contexto específico em que as crianças vivem – cujo recorte aqui é o assentamento -, bem como as questões que envolvem sua existência concreta na zona rural, na condição de assentadas, reflete diretamente na sua qualidade de vida e permanência na terra.

Assim, a seguir apresentamos nossas opções metodológicas para o alcance dos objetivos gerais e específicos da investigação a ser empreendida.

O PERCURSO METODOLÓGICO

Esse estudo se constitui, de acordo com sua natureza, como qualitativo, pois, tem como pressuposto que “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Também, conforme os objetivos, se caracteriza como exploratório, uma vez que visa a compreensão do que as crianças assentadas pensam/falam sobre o papel do professor na/da Educação Infantil².

² (Ibidem).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

No que diz respeito aos procedimentos se constitui em um estudo de caso, pois, se propõe analisar as concepções de um grupo de crianças, estudantes da Educação Infantil do Assentamento Taquaral, localizado no município de Corumbá, MS.

Yin (2001, p. 32), define estudo de caso como, “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. De forma complementar, Triviños, (1987, p. 67), aponta o estudo de caso como:

Uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. Por exemplo, o exame das condições de vida (nível sócio-econômico, escolaridade dos pais, profissão destes, tempo que os progenitores dedicam diariamente ao filho, orientando-o nos estudos, tipo de alimentação do aluno, prática de esportes, sono, perspectivas do estudante e dos pais em relação ao futuro da criança, a opinião dos professores, dos colegas etc.) que rodeiam um aluno que repetiu a primeira série do 2o. grau, de uma escola pública. No estudo de uma turma de 8.a série de uma escola particular, de uma comunidade de pescadores, de uma escola de uma vila popular etc. é fácil compreender que a análise do ambiente, negativo ou positivo, que circunda uma pessoa, é muito mais simples que a interpretação dos problemas que apresenta uma comunidade agrícola que pretende organizar uma cooperativa de produção e consumo (grifos no original).

Ainda sobre o estudo de caso, Gonsalves, (2003, p. 67), ressalta que “[...] o estudo de caso, ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação”. Desta forma, ressaltamos o desejo de que esta pesquisa contribua para a comunidade estudada, bem como para a educação infantil no/do campo, de forma a promover maior participação de suas crianças na elaboração das propostas de formação docente.

A escolha da referida escola foi feita com base em seu processo de constituição, que contou com a importante participação da comunidade, sendo, portanto, fruto da mobilização coletiva e com foco na especificidade da educação do/no campo. Destacando a singularidade do contexto escolhido, Moreira, (2010, p. 52), aponta que:

Pode-se afirmar que o processo de luta pela educação do Assentamento Taquaral foi abraçado pela comunidade e teve grandes avanços, como uma organização comunitária, uma proposta pedagógica condizente com a realidade, uma formação profissional diferenciada para os educadores com um olhar e uma prática para a área rural e a conquista de uma estrutura física que atenda as necessidades da escola. Alguns dos professores que hoje trabalham nesse assentamento participaram dessa luta pela terra e pela educação desde o início.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Serão tomados como participantes da pesquisa, crianças na faixa etária de Educação Infantil (com idade entre 4 e 5 anos e 11 meses), alunos matriculados nas turmas de pré I e II, da escola do Assentamento Taquaral. A fim de garantir a constituição de um grupo de participantes heterogêneo e em respeito à diversidade, a escolha dos participantes será realizada considerando a inclusão das diferenças de gênero, idade, culturais e de raça. Desta forma, serão entrevistadas 4 crianças, duas de cada agrupamento.

De acordo com as fontes de informação esta investigação será de campo, uma vez que será realizada dentro do contexto no qual as crianças estão inseridas, qual seja, o ambiente de educação infantil na escola do assentamento (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Assim, para a recolha dos dados, trabalho adotará nuances da pesquisa etnográfica, tendo em mente que:

Nos estudos etnográficos analisamos os aspectos simbólicos e culturais da ação social, os aspectos da existência que se revelam fundamentais na interpretação dos enunciados, as emoções e os sentimentos; como as pessoas envolvidas no estudo atribuem sentidos para os fatos da vida; como interpretam suas experiências ou estruturam o mundo no qual vivem (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 169).

Ainda nessa perspectiva, será utilizado como recurso, em concordância com essa abordagem, a observação participante, tendo como foco e intento a interação com as crianças, buscando a apreensão da visão delas sobre a temática estudada. Sobre essa estratégia, Conh (2005, p. 45) afirma que,

A observação participante, que tanto marcou a antropologia, e que consiste em uma interação direta e contínua de quem pesquisa com quem é pesquisado, é certamente uma alternativa rica e enriquecedora, que permite uma abordagem dos universos das crianças em si. Para tanto, seu caráter dialógico, de interação, terá que ser enfatizado, permitindo ao pesquisador tratar as crianças em condições de igualdade e ouvir delas o que fazem e o que pensam sobre o que fazem, sobre o mundo que as rodeia e sobre ser criança, e evitando imagens “adultocêntricas” enviesem suas observações e reflexões. Significa lembrar, desde a realização da pesquisa (e não apenas na análise de dados), que a criança é um sujeito social pleno, e como tal deve ser considerado e tratado. Evita-se assim que o reconhecimento da criança como um sujeito ativo e produtor de sentido sobre o mundo seja apenas um postulado, esvaziando-lhe seu significado.

Cabe ainda apontar que p estudo tem caráter multirreferencial, pois, o marco teórico que a fundamenta está assentado nos campos da Sociologia da Infância, Pedagogia, História, Psicologia, Antropologia, entre outros.

Tendo em mente que a complexidade das relações estabelecidas entre as crianças e o meio dentro do contexto que se pretende estudar e ainda que, “[...] o ser humano se



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

caracteriza por uma multideterminação de fatores: sociais, econômicos, políticos, psíquicos, etc.”, optamos pela abordagem multirreferencial, pois, esta busca a compreensão dos fenômenos educativos a partir da pluralidade e da heterogeneidade. (MARTINS, 2004, p. 89).

O mesmo autor ainda aponta que:

A perspectiva multirreferencial se propõe a abordar os fenômenos sociais, mais especificamente, os relativos à educação, de modo a estabelecer um novo “olhar”, um olhar mais plural sobre o “humano”, a partir da conjugação de várias correntes teóricas, o que se desdobra em uma nova³.

Como instrumentos de pesquisa serão utilizados entrevistas semi-estruturadas junto às crianças, registros em imagens e vídeos das atividades das crianças no ambiente escolar, (todos produzidos pelas crianças).

No que diz respeito a entrevista, Arfouilloux, (1980, p. 13) a define como:

[...] uma troca, um diálogo, uma relação que se estabelece em certas condições entre duas pessoas. Mas esse número de dois interlocutores não é limitativo, pois, várias pessoas podem entrevistar-se com a mesma criança e inversamente pode-se conversar com várias crianças ao mesmo tempo, no âmbito de uma reunião de grupo, por exemplo.

No que se refere ao registro fotográfico, Simionato (2017, p. 533), ressalta, que “[...] a fotografia retrata características e fragmenta momentos, por essa razão, o documento fotográfico é considerado por seu valor histórico e por seus elementos próprios de realidade direta que são transmitidos por sua sintaxe visual”. Sobre a mesma questão, Mauad, (2005, p. 144), afirma que,

A fotografia comunica-se por meio de mensagens não-verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual está inserida como mensagens.

Dessa forma, a fotografia é entendida como possibilidade de mais uma das múltiplas linguagens infantis, através da qual as crianças se expressam e interpretam o contexto no qual estão inseridas.

Nessa perspectiva, conforme já foi afirmado anteriormente, compreendemos a criança como sujeito completo, histórico e social, que se constitui de forma dialética, a partir das relações que estabelece com o meio em que vive. Portanto, entendemos que a criança é capaz de interpretar, reelaborar e dar sentido às relações que estabelecem em seu cotidiano.

³ (Ibidem, p. 86)



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Nesse sentido, ressaltamos que ao buscar a fala das crianças não o estamos fazendo do lugar de quem permite sua expressão e participação, e sim partindo o princípio de que elas são informantes competentes, pois, não “[...] se trata de ‘dar’ a voz às crianças, no sentido de que é o adulto que permite a fala, mas criar possibilidade de diálogos [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 20, grifos no original). Assim, conforme alerta Cruz, (2008, p. 49),

Ouvir a criança exige a construção de estratégias de troca, de interação, mais do que de perguntas e respostas, pelas quais se nega que as crianças constituem significados de forma independente. Assim, o momento da escuta tem que ser também o momento de expressão dessa representação, que é uma representação coletiva.

Por fim, a análise dos dados será realizada tendo como referência as concepções bakhtinianas de análise do discurso; sendo que, para garantir o tratamento das informações obtidas sem a imposição da visão adultocêntrica, serão realizadas sessões de devolutivas com as crianças dos dados brutos e organizados tanto da entrevista quanto dos registros fílmicos e fotográficos.

Vale informar ainda, que a presente pesquisa se encontra em fase inicial de estudos, momento em que estamos realizando a revisão bibliográfica acerca da temática em bancos de teses e dissertações e adequação do planejamento das ações junto às crianças.

REFERÊNCIAS

ARFOUILLOUX, J. C. **A entrevista com a criança**: a abordagem da criança através do diálogo, do brinquedo e do desenho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

AGOSTINHO, K. A.. **Caminhos para a participação das crianças na educação Infantil.**, Florianópolis: X ANPED SUL, outubro de 2014.

AGOSTINHO, K. **Formas de participação das crianças na Educação Infantil**, 2010. Tese de doutorado em Sociologia da Infância. Uminho/PT. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11195/1/Tese.pdf> Acesso em: 13/07/2017

CARVALHO, R. S.; SILVA, A. P. S. A participação infantil em foco: uma entrevista com Natália Fernandes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1 p. 187-194, jan./mar. 2016.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CRUZ, S. H. V. (org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008.

DELGADO. A. C. C.; MULLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

- FERNANDES, N. **Infância, infância e direitos:** participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia da Infância). Uminho/PT. Disponível: <http://hdl.handle.net/1822/6978> Acesso em: 13/07/2017.
- FERREIRA, S. V.; SILVA, S. C. V. Pesquisa com Criança e a Prática Docente. In: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (org.). **Pesquisa com crianças e a formação de professores.** Curitiba: PUCPress, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- MOREIRA, J. S. **Professores do Assentamento Taquaral:** a trajetória de luta pela terra e educação. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande: UCDB, 2010.
- OLIVEIRA, M. T. E. **Crianças narradoras:** e suas vidas cotidianas. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.
- SÁ, R. A. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos processos educativos não escolares. **Educar.** Curitiba: UFPR, 2000.
- SARMENTO, M.J. **Estamos longe de garantir o direito à participação das crianças.** 2011, Em entrevista para o De olho no plano. Disponível em: <http://www.deolhonoplano.org.br/not0036.html> Acesso em: 26/06/2017.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf Acesso em: 02 out.2019.
- SIMIONATO, A. C. Métodos de análise de assunto em fotografias: estudo no âmbito do ensino da representação da informação. **Inf. Inf.** Londrina, v. 22, n. 2, p. 532 – 545, maio/ago., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> Acesso em: 02/10/2019.
- TREVISAN, G. P. Cidadania infantil e participação política das crianças: interrogações a partir dos Estudos da Infância In: DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. **Perspectivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras.** Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, 2012. Disponível em: <http://www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/> Acesso em: 07 jul. 2017.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNICEF. **A Convenção dos Direitos da Criança,** 2004. Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf Acesso em: 26 jun. 2017.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

- MARTINS, J. B. A formação de professores no âmbito da abordagem multirreferencial. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 18, n. 3, p. 467-476 Setembro/Dezembro de 2014.
- MAUAD, A. M. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan. -jun. 2005.
- MONTESORI, M. **A criança**. São Paulo: Círculo do Livro S. A. [s.d.]
- MST. Princípios da educação no MST: semeando educação e cidadania. **Caderno educação**, Porto Alegre, 1996.
- RODRIGUES, S. A. **Viajando pela educação da primeiríssima infância**: sentidos, crenças e valores que sustentam os saberes e as práticas pedagógicas na/da creche. 2016. 253f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.